



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMAÇARI

TERMO DE CESSÃO DE USO, QUE
ENTRE SI CELEBRAM, O
MUNICÍPIO DE CAMAÇARI E O
MINISTÉRIO PÚBLICO DO
ESTADO DA BAHIA/PROMOTORIA
REGIONAL/CAMAÇARI - BAHIA

O **MUNICÍPIO DE CAMAÇARI**, pessoa jurídica de direito público interno, doravante denominado simplesmente **MUNICÍPIO**, neste ato representado pelo Chefe do Executivo, **Sr. ADEMAR DELGADO DAS CHAGAS**, Casado, inscrito no CPF sob o nº 048.297.785-04 e portador do RG de nº 9.669-09 SSP e do outro lado, o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA/PROMOTORIA REGIONAL CAMAÇARI-BAHIA**, doravante denominado simplesmente **CESSIONÁRIO**, neste ato representado pelo Procurador Geral de Justiça, **Dr. WELLINGTON CÉSAR LIMA E SILVA** resolvem celebrar o presente Termo de Cessão de Uso, mediante as Cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui-se objeto do presente Termo, a Cessão de Uso do Prédio Público Municipal, onde já se encontra instalada a **PROMOTORIA REGIONAL de CAMAÇARI**, situado na Av. do Contorno, s/n, Centro Administrativo, Bairro Dois de Julho, Distrito sede.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ADMINISTRAÇÃO/USO

O **CESSIONÁRIO** deverá administrar e fruir o bem como se seu fosse, enquanto perdurar a presente Cessão de Uso.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES:

I - DO CESSIONÁRIO

Utilizar o imóvel exclusivamente para a finalidade a que se propõe, não podendo ceder o uso do imóvel em causa, para qualquer outra finalidade, durante a vigência deste Termo, sem a anuência do **MUNICÍPIO**;





ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMAÇARI

II- DO MUNICÍPIO

Permitir e garantir a posse do prédio pelo Cessionário, defendendo-o de todo e qualquer ato que possa afrontá-la.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

Este Termo tem a duração do prazo de vigência de 20 (vinte) anos, contados a partir da data de sua assinatura.

CLÁUSULA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

a) O **CESSIONÁRIO** declara que o imóvel cedido, encontra-se em perfeito estado de conservação;

b) O **CESSIONÁRIO** se responsabilizará pela manutenção e conservação do prédio;

c) o presente Termo de **CESSÃO DE USO** constitui-se Título Extrajudicial.

CLÁUSULA SEXTA - DO FORO

Fica eleito o foro da Cidade de Camaçari-BA, como único competente para dirimir quaisquer dúvidas, ações e feitos judiciais que acaso venham aforar relativamente a este Termo, com a total e expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por terem assim acordados, justos e definidos, firmam as partes este Termo estando assinado pelas testemunhas adiante nomeadas, dele extraindo-se 04 (quatro) cópias de igual teor e validade.

Camaçari, 26 de fevereiro de 2013.


ADEMAR DELGADO DAS CHAGAS
MUNICÍPIO




MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA.
PROCURADOR GERAL DA INSTITUIÇÃO.

Testemunhas:

1. _____

RG:

CPF:

2. _____

RG:

CPF

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

GABINETE

RESUMO DE TERMO DE DISTRATO AO CONTRATO Nº. 10/2013:

Processo de Distrato nº. 003.D 124835 /2013.

Partes: Ministério Público do Estado da Bahia e André Luis Oliveira Gomes

Objeto: Ficam distratadas todas as cláusulas e condições contratuais, considerando desfeito o compromisso firmado entre o Ministério Público do Estado da Bahia e André Luis Oliveira Gomes, por não haver mais interesse recíproco na manutenção do vínculo contratual, cessando doravante todos os efeitos dele decorrentes, com efeitos retroativos a 01/06/2013. Parecer Jurídico nº 374/2013.

Data da assinatura: 20/08/2013.

TERMO DE CESSÃO DE USO DE BEM IMÓVEL

Processo: 003.0.180712/2012.

Parecer Jurídico: 156/2013 Assessoria Jurídica SGA

Partes: Ministério Público do Estado da Bahia e Município de Camaçari-Ba.

Objeto: Cessão de uso de bem imóvel, situado na Av. do Contorno, s/n, Centro Administrativo, Bairro Dois de Julho, do Município de Camaçari ao Ministério Público do Estado da Bahia.

Vigência: 20 (vinte) anos, a contar da data de assinatura.

RESUMO DE CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS TIPO SUV - CONTRATO Nº 27/2013- SGA

Processo: 003.0.98879/2013 – Pregão Presencial nº 27/2013.

Parecer jurídico: 473/2013.

Partes: Ministério Público do Estado da Bahia e Brune Veículos Ltda, CNPJ.: 10.674.804/0001-20.

Objeto: Aquisição de dois veículos Tipo SUV, zero Km

Valor por unidade: R\$ 66.130,00

Valor Total: R\$ 122.260,00

Dotação orçamentária: Unidade Gestora 40.101.0012 – Fonte 100/109/113/309- Projeto/Atividade 6612/3027 – Elemento de Despesa 44.90.52.

Prazo de vigência: O presente contrato vigorará da data de sua publicação até o término de todas as garantias, que serão contadas a partir da data do recebimento definitivo do objeto.

Data da assinatura: 20/08/2013.

RESUMO DO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

CONVENIENTES: Ministério Público do Estado da Bahia e Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Reforma Agrária, Pesca do Estado da Bahia -SEAGRI, CNPJ 14 772.867/0001-70.

OBJETO: Apoio ao desenvolvimento do Programa Arboretum de conservação e restauração da diversidade florestal.

VIGÊNCIA: 120 (cento e vinte) meses a contar da data de sua publicação.

DATA DE ASSINATURA: 20/08/2012

RESUMO DO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

CONVENIENTES: Ministério Público do Estado da Bahia e Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro, CNPJ 04.936.616/0001-20.

OBJETO: Apoio ao desenvolvimento do Programa Arboretum de conservação e restauração da diversidade florestal.

VIGÊNCIA: 120 (cento e vinte) meses a contar da data de sua publicação

DATA DE ASSINATURA: 20/08/2012.

RESUMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - CONTRATO Nº 110/2013- SGA

Processo: 003.0.133216/2013 – Inexigibilidade nº 004/2013 -CEAMA.

Parecer jurídico: 460/2013.

Partes: Ministério Público do Estado da Bahia e Isabel Cristina Ligeiro

Objeto: prestação de serviços de consultoria especializada para assessoramento jurídico à Câmara Temática de Sistemas Municipais de Meio Ambiente do Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente e Urbanismo.

Valor global: R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais).

Dotação orçamentária: Unidade Gestora 40.101.0009 – Ação 6271 – Região 9900 – Fonte 109 – Natureza da Despesa 33.90.35 e 33.90.47.

Prazo de vigência: 06 (seis) meses, a contar da data da publicação do seu resumo.

Data da assinatura: 20/08/2013.